



COMPANHIA ABERTA  
CNPJ 04.913.711/0001-08  
NIRE 15300000114  
Avenida Presidente Vargas, nº 251,  
Centro - CEP 66.010-000 - Belém-Pará

## Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Em 30 de junho de 2010 e 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes



disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

### 3.9. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

-Imóveis de uso - Edificações	4%
-Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
-Demais itens	10%

A Administração da Instituição entende ser essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

### 3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

### 3.11. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP, COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
ISS	até 5%

### 3.12. Passivos circulante e não circulante:

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

### 3.13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de

que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes - decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

### 3.14. Reclassificações

Após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, publicadas em 28 de agosto de 2009, a Companhia, em processo de análise e conciliação do saldo contábil das contas: SFH - Sistema Financeiro da Habitação, do grupo de contas RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS; Depósitos a Prazo do grupo de contas de DEPÓSITOS e; Diversas, pertencente ao grupo de contas de OUTRAS OBRIGAÇÕES, concluiu sobre a necessidade de efetuar a segregação do saldo dessas contas entre circulante e longo prazo.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009, são como segue:

	30.06.2009 Anteriormente apresentado	Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	36	68
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	50.713	50.681
<b>Passivo Circulante</b>		
DEPÓSITOS		
Depósitos à Prazo	724.263	722.454
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	79.983	58.886
<b>Exigível à Longo Prazo</b>		
DEPÓSITOS		
Depósitos à Prazo	-	1.809
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Diversas	-	21.097

### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZA

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.10	30.06.09
<b>Posição Bancada:</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	224.996	34.001
Letras do Tesouro Nacional	65.000	97.000
Nota do Tesouro Nacional	-	250.000
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>		
Não Ligadas	83.107	60.091
<b>Total</b>	<b>373.103</b>	<b>441.092</b>

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.06.10	30.06.09
<b>Livres</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	211.537	311.254
CVS	190.659	201.418
Ações de Companhias Fechadas	-	277
<b>Vinculados a Operações Compromissadas</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	4.618	-
<b>Vinculados à Prestação de Garantia</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	1.709	1.178
<b>Total</b>	<b>408.523</b>	<b>514.127</b>

#### b) Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	30.06.10			30.06.09		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
<b>Títulos para Negociação</b>						
LFT	217.948	217.864	07/09/2010 à 07/09/2015	312.169	312.432	17/03/2010 a 17/03/2010
<b>Títulos disponíveis para Venda</b>						
Ações	-	-		3	277	-
<b>Títulos Mantidos até Vencimento</b>						
CVS	190.659	190.659	01/01/2027 a 01/01/2027	201.418	201.418	01/01/2027 a 01/01/2027
<b>Total</b>	<b>408.607</b>	<b>408.523</b>		<b>513.590</b>	<b>514.127</b>	